

Franz-Paul de Almeida Langhans – O “Cenógrafo”-Heraldista do Estado Novo

Paulo Morais-Alexandre

Universidade de Lisboa, Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes (CIEBA). Instituto Politécnico de Lisboa  

<https://dx.doi.org/10.5209/eiko.96504>

Recibido: 14 de junio de 2024 • Aceptado: 25 de octubre de 2024 • Publicado: 31 de enero de 2025

Sinopse: Este trabalho faz o levantamento, registo e análise da importante intervenção do armista Franz-Paul de Almeida Langhans, que se considera o responsável pelo que de mais relevante se produziu em termos de Heráldica no tempo do Estado Novo, não obstante jamais se ter interessado particularmente pelas áreas da heráldica de família, municipal em Portugal Continental ou eclesiástica. Essa produção deu-se sobretudo no terceiro quartel do século XX em Portugal, no âmbito da estruturação visual - a imagem, até cenográfica - o espetáculo, daquilo que se designou como Estado Corporativo. Este heraldista teve atividade muito significativa em diversas áreas da Heráldica, como a heráldica corporativa civil, a heráldica das Forças Armadas Portuguesas, a heráldica de domínio ultramarino e também nacional. É ainda feita uma crítica à obra que produziu, quer em termos de ciência heráldica, quer em termos estéticos, esta já no âmbito da História da Arte. Por fim, apresenta-se sumariamente a sua atividade como autor, nomeadamente como investigador e teórico da área Armaria.

Palavras-chave: Heráldica; Estado Novo; Corporações

ENG Franz-Paul de Almeida Langhans – The “Estado Novo” Heraldist-“Scenographer”

Abstract: The important intervention of the Portuguese heraldist Franz-Paul de Almeida Langhans is stood up, registered, and analysed. He is the responsible for the most relevant creations in terms of Heraldry during the “Estado Novo” era, despite never having been particularly interested in the areas of family, municipal in Portuguese mainland or ecclesiastical heraldry. This production took place mainly in the third quarter of the 20th century in Portugal, within the scope of the visual structuring - the image, and even scenographic - the spectacle, of what was called the Corporate State. This heraldist had very significant activity in several areas of Heraldry, such as civil corporate heraldry, the heraldry of the Portuguese Armed Forces, the heraldry of overseas and national domains. A critique is also made of the work he produced, both in terms of heraldic science and in aesthetic terms, this already within the scope of Art History. Finally, his activity as an author is summarized, namely as a researcher and theorist in the Armaria area.

Keywords: Heraldry; Portuguese “Estado Novo”; Corporate heraldry

Sumário: 1. Introdução. 2. Alguns dados biográficos. 3. Langhans Heraldista e “Cenógrafo”. 4. A Heráldica Corporativa. 5. A Heráldica do Ultramar. 6. A Heráldica Militar / Exército. 7. As Armas de Portugal. 8. A obra escrita. 9. Conclusão. 10. Fontes e referências bibliográficas

Como citar: Morais-Alexandre, Paulo. “Franz-Paul de Almeida Langhans – O “Cenógrafo”-Heraldista do Estado Novo”. En *Heráldica: un sistema de comunicación visual en renovación entre la Edad Media y la actualidad*, editado por Miguel Metelo de Seixas. Monográfico temático, *Eikón Imago* 14 (2025), e96504. <https://dx.doi.org/10.5209/eiko.96504>

1. Introdução

Não são muito frequentes os estudos relativos aos heraldistas portugueses, surgindo normalmente por ocasião da sua morte, sendo mais habituais pequenas biografias, normalmente laudatórias, fruto de homenagens havidas por ocasião do seu passamento, caindo depois no esquecimento.

Assim, importa realizar o levantamento do que se produziu em termos de heráldica no período do Estado Novo, bem como os responsáveis por essa produção, considerando-se que tal será um importante contributo para um melhor entendimento do que foi a heráldica em Portugal no século XX que, desde logo, se pode considerar que, sucedendo a

um período de enorme decadência¹, foi um tempo onde houve objetivamente um enorme desenvolvimento, como o prova à saciedade a heráldica de domínio e ocupacional. Nesta última área há um nome que se destaca, Franz-Paul de Almeida Langhans, devido à sua atividade muito relevante, quer como investigador, quer como ordenador de heráldica corporativa, mas não só, sendo ainda a conceção que este heraldista tinha da Armaria como importante elemento “cenográfico” de galvanização do regime.

2. Alguns dados biográficos

Franz-Paul de Almeida Langhans nasceu em Lisboa a 5 de abril de 1908, tendo falecido nesta mesma cidade no ano de 1986.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa², onde foi contemporâneo de Álvaro Cunhal.

Teve um percurso político heterodoxo, algo que aqui se regista porque se considera que permitirá a compreensão das razões que o levaram a dedicar grande parte da sua vida à Heráldica, como por depois a ter abandonado. Assim, nos seus tempos de faculdade militou no Integralismo Lusitano³, tendo sido nomeado desde o primeiro número, pela Junta Escolar de Lisboa deste movimento, para membro da direção gráfica do respetivo órgão, o periódico *Política*⁴, sendo também redator do mesmo⁵ e onde publicou vários artigos⁶. Registe-se a curiosidade de assinar a gravura que seria o símbolo gráfico da revista, um pelicano em sua caridade, ou seja, alimentando as crias com o próprio sangue, o corpo da empresa de D. João II (Fig. 1).

Esteve ainda na fundação do Nacional-Sindicalismo que, de alguma forma derivou do Integralismo Lusitano⁷. Como bom integralista era monárquico⁸, o que justifica a publicação de *Fundamentos Jurídicos da Monarquia Portuguesa*⁹. Também, como muitos

integralistas ou nacional-sindicalistas, como Marcello Caetano e ao contrário de outros, como Rolão Preto¹⁰, foi recuperado pelo Estado Novo, o que lhe valeu, em 1951, ser alcañorado a secretário pessoal do presidente do conselho António de Oliveira Salazar, por indicação do então Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, João Pinto da Costa Leite (Lumbrals)¹¹, funções que desempenhou até 1961¹².



Figura 1. Franz, “Pelicano em sua caridade”.

Fonte: *Política* (Lisboa: 1929, ano 1, no. 1), 1.

Deste gabinete transitaria para a Fundação Calouste Gulbenkian, onde, entre outras atividades, fez, com António Coimbra Martins e Luís de Matos, parte da Comissão de Leitura do Serviço de Bibliotecas desta instituição¹³, tendo ainda feito parte da Comissão que organizou o primeiro acervo da Biblioteca da Fundação em Paris¹⁴.

Após a revolução de abril de 1974, Franz-Paul de Almeida Langhans, à semelhança de muitos que haviam participado “intimamente” no Estado Novo¹⁵,

¹ Esta decadência já vinha do final do regime monárquico e foi agravada com a implantação da República em Portugal.

² “LANGHANS (Franz-Paul de Almeida)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* vol. 14 ([S.l.]: Página Editora, re. 1998), 663.

³ Movimento nacionalista surgido na segunda década do século XX, em Portugal, que agregava um relevante conjunto de monárquicos católicos, onde pontuavam, entre vários outros, António Sardinha e Hipólito Raposo, que se opunham não apenas à República, mas também à própria Monarquia Constitucional, renegando os partidos, aos quais opunham um tradicionalismo que aprofundava o municipalismo.

⁴ “Integralismo Lusitano”, *Política* ano 1, no. 1 (15 de abril de 1929), 8.

⁵ É nomeado redator no no. 16. “Integralismo Lusitano: Quaa dros da Junta Escolar de Lisboa”, *Política* ano 2, no. 16 (1 de dezembro de 1930), 16.

⁶ O primeiro artigo da sua autoria surge no no. 8 e o último no no. 20 e edição final desta publicação. Franz-Paul Langhans, “As Duas Alemanhas”, *Política* ano 1, no. 8 (31 de outubro de 1929), 8-11. Franz-Paul Langhans, “Civilização”, *Política* ano 2, no. 20 (31 de março de 1931), 4-6.

⁷ António Costa Pinto, *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal* (Porto Alegre: EDIPUCRS / Recife: EDUPe, 2016), 105.

⁸ “[...] começaremos por vos dizer o que somos. Somos portugueses monárquicos, isto é, nacionalistas e tradicionalistas.” José Centeno Castanho et al. [assinado, entre outros, por Franz-Paul Langhans], “Mensagem dos Estudantes Monárquicos de Portugal aos Estudantes de Espanha”, *Política* ano 2, no. 19 (5 de março de 1931), 1.

⁹ F. P. de Almeida Langhans, *Fundamentos Jurídicos da Monarquia Portuguesa* (Lisboa: [s.n.], 1951).

¹⁰ Veja-se a este respeito de Felipe Cazetta, “Entre o fascismo e o salazarismo: o percurso do Integralismo Lusitano à radicalização”, *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 50, no. 1 (2023), 353-378. Doi: <https://doi.org/10.15446/achsc.v50n1.100712>.

¹¹ Franz-Paul de Almeida Langhans, *Salazar: Um Homem Superior* (Lisboa: Contra-Corrente, 2019), 9.

¹² “História das Instituições II: 1885-1974”, *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. Consultado em 26 de abril de 2024. https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_hist_instituicoes_i9.htm.

¹³ António Nóvoa e Jorge Ramos do Ó, “Leitura”, *Fundação Calouste Gulbenkian: 50 anos*. Consultado em 30 de abril de 2024. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/am/10451/4824/3/9789729774874.pdf>.

¹⁴ Ana Paula dos Santos Jorge, *A Coleção Quinhentista da Biblioteca Gulbenkian Paris: Contributo para a Elaboração de um Catálogo de Livro Antigo*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018), 34. Consultado em 28 de abril de 2024. <https://hdl.handle.net/10316/82029>.

¹⁵ Veja-se a título de exemplo, entre muitos que poderiam ser citados, o caso do galerista Nuno Lima de Carvalho. Cristina

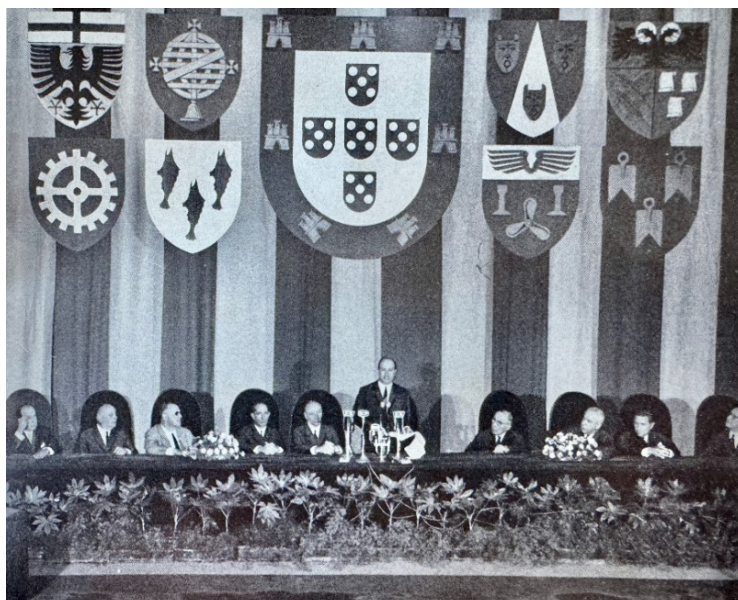


Figura 2. A relevância da “cenografia” heráldica num festival corporativo. F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*.

Fonte: Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966, vol. 1, *hors-texte*, 248-249.

repudiou toda a sua atividade de colaborador com o regime, facto a que se considera não ser alheia a sua vigorosa inflexão à esquerda e lembre-se que havia sido colega e amigo do mais marcante secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Barreirinhas Cunhal.

3. Langhans Heraldista e “Cenógrafo”

Não está documentada a data em que se interessou pela Heráldica, admitindo-se que a esta área terá chegado naturalmente, devido aos seus vários estudos sobre as corporações medievais, da associação destas à Armaria, mas também pela sua militância ultramontana e monárquica. Também não foi encontrada qualquer informação relativa à sua formação nesta matéria.

O certo é que desenvolveu o interesse pelos estudos de Armaria, derivando o convite para dirigir o Gabinete de Heráldica da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho¹⁶ da ligação desta área com a pesquisa que estava a desenvolver relativa às corporações de ofícios. Nesta estrutura seria o responsável por toda a heráldica corporativa. Foi o autor da ordenação das armas das corporações, das ordens, dos grêmios, dos sindicatos nacionais,

casas do povo e casas dos pescadores. Foi, talvez, o heraldista com obra mais significativa no período do Estado Novo. Foi, ainda, encarregue da ordenação dos brasões dos concelhos criados nas províncias ultramarinas em 1962¹⁷. Integrou o Instituto Português de Heráldica, onde chegou a ocupar a posição de Chanceler, e a Associação dos Arqueólogos Portugueses, com uma importante Comissão de Heráldica¹⁸.

Em termos estéticos, o pensamento particularmente conservador que havia expresso no referido periódico da Junta, manteve-se sempre nas suas ordenações:

A arte tem por finalidade a contemplação do belo. Atingir o belo é a missão do artista. O belo é a Perfeição e é o Equilíbrio que só existe na sua plenitude no fim último de todas as coisas no ponto de convergência de todas as actividades da Criação, numa palavra: em Deus. A arte que se remira em si própria, perde a elevação, cai em narcisismos, deixando de ter o valor intrínseco que a espiritualisa e nobilita. Ela é meio e não fim. É um instrumento de perfeição e não a própria Perfeição.¹⁹

Tinha, também, uma visão e, sobretudo, a consciência da potencialidade da utilização da heráldica como elemento integrante de um cenário que pretendia construir, algo que expressa ao longo da obra *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, sendo sucessivas as ilustrações de eventos onde a heráldica tem particular impacto visual, acompanhadas sempre

Margato e José Pedro Castanheira, “Frei’ Lima de Carvalho e os seus dois regimes”, *Expresso: E: A Revista do Expresso* no. 2687 (25 de abril de 2024), 18-26.

¹⁶ A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) foi uma organização criada em 1935, que tinha como objetivo o aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores portugueses “Decreto-lei no. 25495”, *Diário do Governo* 1.ª série, no. 134 (13 de junho de 1935), 857. A FNAT inspirava-se em organizações similares surgidas em Itália, a *Opera Nazionale Doppo Lavoro* e, na Alemanha, a *Kraft Durch Freude*, mas com modelos semelhantes também na União Soviética, nomeadamente a *Sociedade Proletária de Excursões e Turismo*. José Carlos Valente, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)* (Lisboa: Edições Colibri / INATEL, 1999), 10 e 27.

¹⁷ “LANGHANS (Franz-Paul de Almeida)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* vol. 7 (Lisboa: Editorial Enciclopédia, atualização 1985), 65.

¹⁸ “LANGHANS (Franz-Paul de Almeida)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 66.

¹⁹ Franz-Paul Langhans, “Arte Cristã: O Teatro de H. Ghèon”, *Política* ano 2, no. 15, (23 de setembro de 1930), 10.

de legendas bem esclarecedoras a este respeito: “Brasões do trabalho «iluminam» os estandartes Corporativos e animam as naves manuelinas dos Jerónimos”²⁰, “Estandartes das Casas do Povo, com seus vistosos brasões, ladeiam um altar durante a celebração da Santa Missa”²¹ ou “Os Brasões das Corporações Portuguesas acompanham o Escudo Nacional na ornamentação de um festival corporativo”²² (Fig. 2). Considera-se assim que, de alguma forma, esta virtualidade da heráldica como elemento da construção cenográfica do regime, muito à semelhança do que havia acontecido na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, a tornava uma importante força de galvanização das massas, pelo que se pode afirmar que tal propósito norteava claramente a sua produção.

Recuperou para trabalhar consigo um ilustrador notável que tinha anteriormente colaborado com Afonso de Dornelas na produção de heráldica de domínio, José Ricardo Silva, chamando também a colaborar um notável grupo de ilustradores de heráldica como Eduardo Teixeira Coelho, Carlos Silva, Oliveira Mendes, António de Oliveira e José de Moura.

De todos os ilustradores de heráldica com quem trabalhou, o mais relevante foi sem dúvida João Paulo de Abreu e Lima, o responsável pela realização plástica de modelos, bem como de escudos e ornamentos exteriores dos mesmos para o Exército, tendo ilustrado um número significativo de armas que Franz-Paul Langhans ordenou, sendo de destacar o conjunto das cartas-de-armas para as corporações.

4. A Heráldica Corporativa

A heráldica corporativa teve, pela mão de Franz-Paul Langhans, um desenvolvimento ímpar no século XX. Foi nomeado primeiro diretor do Gabinete de Heráldica Corporativa²³. Investido nestas funções, a sua atividade foi particularmente prolixa e diversificada, tendo começado desde logo, por regulamentar a área, objetivamente são da sua lavra os primeiros diplomas legais que regulam a área da heráldica corporativa²⁴. Efetivamente teve que ordenar armas para diversas áreas, a começar nas casas dos pescadores e casas do povo, passando pelas armas dos sindicatos dos diversos sectores, pelos grémios regionais, mas também pelos sindicatos e grémios nacionais, bem como pelas próprias ordens profissionais, sendo este monumental *corpus* heráldico coroadado com as armas e bandeiras das corporações (Fig. 3).

O imenso trabalho a realizar, bem como a urgência das ordenações, algo que tentou fazer de forma diversificada, levou, por vezes, a fragilidades nas armas, quer sob o ponto de vista da ciência heráldica, mas também estético, podendo muitas das opções ser questionadas, sobretudo quando entravam em

contradição com o que o próprio havia, ou viria, a expor em termos teóricos, nomeadamente a simplicidade – “Como se poderá representar o caminho de ferro em heráldica? Servirá uma possante locomotiva com o seu tênder todo fumegante e veloz? [...] Todo este aparato é complicado demais [...]”²⁵ (Fig. 4), a representação humana – “A figura humana não é boa figura heráldica”²⁶ (Fig. 5) e, até, as próprias partições do escudo (Fig. 6) que, ao tratar a heráldica concelhia, reconhecia que levavam a uma clara memorização estética:



Figura 3. José de Moura, “Bandeira da Corporação do Comércio”, 1960.

Fonte: Coleção Particular.

As regras da Reforma [da heráldica autárquica], ao excluírem as partições do escudo, deram um cunho particular aos brasões concelhios e incontestável vantagem de ordem estética. Evitaram a fragmentação do campo e o conseqüente aperto das peças e figuras em compartimento de reduzidas dimensões.²⁷

Acredita-se que nem tudo derivava da lavra de Almeida Langhans, até porque a “Circular no. 2/L abria “[...] um concurso destinado à escolha dos símbolos de cada profissão.”²⁸ sendo pedido que respeitando os padrões estabelecidos no “Regulamento de Simbologia Corporativa”²⁹ fosse proposto “[...] emblema, a bandeira e o selo branco [...]”³⁰, pelo que certamente muito foi proposto terá sido aceite.

²⁰ F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos* (Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966, vol. 1, *hors-texte*), 8-9.

²¹ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, 264-265.

²² Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, 248-249.

²³ Mário de Albuquerque, *Brasonário Corporativo na Exposição de Heráldica no Trabalho* (Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1955), XIII.

²⁴ Valente, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, 162.

²⁵ F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 41-42.

²⁶ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 133.

²⁷ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 355.

²⁸ F. P. de Almeida Langhans, *Manual de Heráldica Corporativa* (Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1956), 265.

²⁹ “Regulamento de Simbologia Corporativa”, *Heráldica Corporativa: Legislação* (Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1964), 47-53.

³⁰ Langhans, *Manual de Heráldica Corporativa*, 266.

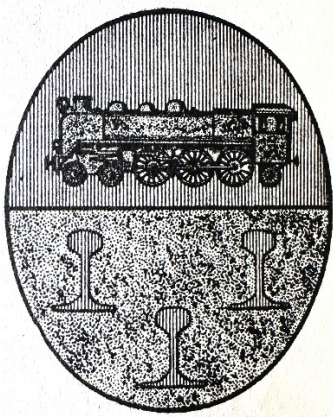


Figura 4. Autoria não identificada, “Brasão-de-Armas do Sindicato Nacional dos Ferroviários do Centro de Portugal”.

Fonte: Mário de Albuquerque, *Brasonário Corporativo na Exposição de Heráldica no Trabalho*, Lisboa: Edições Colibri / INATEL, 1999, 141.



Figura 5. Autoria não identificada, “Brasão-de-Armas da Casa do Povo de Fragoso”.

Fonte: Mário de Albuquerque, 41.



Figura 6. Autoria não identificada, “Brasão-de-Armas da Casa do Povo de Fragoso”.

Fonte: Mário de Albuquerque, 33.

Não se compreende a opção pela utilização do escudo nacional, na sua proposta para a heráldica das ordens profissionais, que apenas se distinguiam pelos timbres: Ordem dos Engenheiros – uma esfera de ouro abraçada por um compasso de pontas do mesmo, o todo carregado por um listel com a palavra «INGENIUM» (Fig. 7). Ordem dos Advogados – um gládio com a lâmina para cima, carregando um listel com as palavras “JUS” à dextra e “LEX” à sinistra (Fig. 8). Para a Ordem dos Médicos fez duas propostas diferenciadas ao nível do timbre, primeiro propôs “[...] um estetoscópio estilizado, dois bisturis cruzados em aspa e um listel curto com a palavra «CHARITAS»”³¹, posteriormente – uma serpe de ouro, lampassada de vermelho, enrolada num bordão de prata³² (Fig. 9), o símbolo de Asclépio/ Esculápio, tendo desaparecido o anteriormente citado listel. Almeida Langhans jamais justificou de forma sustentada a fragilidade da sua proposta de ordenação

heráldica para as ordens profissionais, limitando-se a considerar que tal se devia à “[...] categoria profissional e social [...]”³³ dos seus membros, o que de alguma maneira espelha muito bem o que era o país no tempo do Estado Novo, mas que não colhe em termos de opções de representação heráldica com escudos sem qualquer diferenciação. Registe-se que, salvo a Ordem dos Advogados que viria a adotar um logótipo, quer a Ordem dos Engenheiros, quer a Ordem dos Médicos continuam, no presente, a utilizar a simbologia criada por Almeida Langhans.

Não obstante algumas fragilidades, da sua ação resultaria a produção de um muito extenso *corpus* heráldico, com conjuntos coerentes, caso das armas das Corporações ou das Casas dos Pescadores e com várias ordenações de grande qualidade, quer em termos de criatividade, quer em termos estéticos, casos das armas para a Corporação da Lavoura (Fig. 10) e da Corporação dos Espectáculos (Fig. 11).

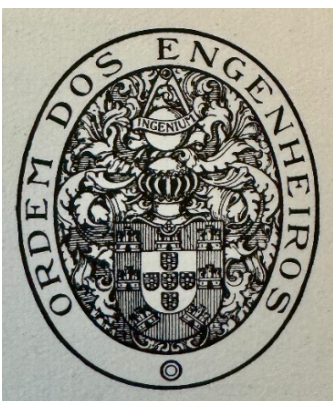


Figura 7. Autoria não identificada, “Brasão-de-Armas da Ordem dos Engenheiros”.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 367.



Figura 8. Autoria não identificada, “Brasão-de-Armas da Ordem dos Advogados”.

Fonte: Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 367.



Figura 9. Autoria não identificada, “Brasão-de-Armas da Ordem dos Médicos”.

Fonte: Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 367.

³¹ Mário de Albuquerque, *Brasonário Corporativo na Exposição de Heráldica no Trabalho*, 161.

³² Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 367.

³³ Langhans, *Manual de Heráldica Corporativa*, 177.



Figura 10. João Paulo de Abreu e Lima, “Brasão-de-arms da Corporação da Lavoura”.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, hors-texte, 72-73.



Figura 11. João Paulo de Abreu e Lima, “Brasão-de-arms da Corporação dos Espectáculos”.

Fonte: Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, hors-texte, 376-377.



Figura 12. João Paulo de Abreu e Lima, “Carta-de-arms da Corporação do Crédito e Seguros”.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, hors-texte, 144-145.

Registe-se ainda que foi neste processo e sob a sua orientação que foi produzido o mais importante conjunto de cartas-de-arms portuguesas do século XX, um conjunto de iluminuras da autoria de João Paulo de Abreu e Lima, de qualidade absolutamente ímpar, no presente de paradeiro desconhecido³⁴ (Fig. 12).

5. A Heráldica do Ultramar

Há uma outra área de intervenção na heráldica de Franz-Paul de Almeida Langhans, normalmente menos referida: a sua atividade como ordenador

Não obstante, até ao presente não foram encontradas quaisquer provas de que as mesmas hajam sido destruídas. Fotografias das cartas-de-arms foram publicadas, entre outras, na obra de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, bem como na obra de Carl-Alexander von Volborth, *The Art of Heraldry*. (London: Tiger Books International, 1991).

³⁴ Abreu e Lima tinha a convicção que as mesmas haviam sido destruídas na sequência da revolução do 25 de abril de 1974. João Paulo de Abreu e Lima, *Viva voce* (Lisboa: 2001, janeiro, 21).

na esfera da heráldica de domínio das províncias ultramarinas, como eram designadas as antigas colónias no período do Estado Novo. Esta atividade está parcialmente refletida num capítulo de *Heráldica: Ciência de Temas Vivos* – “Heráldica dos Territórios Ultramarinos”³⁵, bem como no incompleto *Armorial do Ultramar Português*³⁶, onde, além das armas das províncias, também chegaram a ser publicadas várias armas de municípios, antes da publicação ser prematuramente interrompida.

Embora Langhans afirme que, no geral, a sua intervenção foi coordenar “retoques no ordenamento, desenho e descrição dos brasões de «armas»”, ação que detalha no *Armorial do Ultramar Português*³⁷, sabe-se que ordenou um número significativo de armas. Registe-se que, embora falando na terceira pessoa, relata a sua atuação e o espírito que sempre o norteou, nesta, como em outras áreas da heráldica, ao justificar as conceções de armas em 1963, por ocasião da visita do chefe do Estado às vilas de Porto Alexandre, Mariano Machado, Cubal, Santa Comba e General Machado, todas da província ultramarina de Angola e que transcreve no *Armorial do Ultramar Português*:

Dentro do rigor das regras da ciência e da arte heráldicas, seguiu-se o princípio da simplicidade na concepção e na execução dos brasões de «armas» dos concelhos [...]. Seguiu-se também a orientação, aliás já consagrada, de aplicar à Heráldica concelhia do nosso ultramar precisamente as mesmas regras adoptadas pela Heráldica metropolitana.

Pelo princípio da simplicidade reduzem-se ao mínimo indispensável as «figuras simbólicas» representativas e evitam-se as «partições».³⁸

Ao contrário do que Almeida Langhans afirmava, que pressupunha o cumprimento da “Circular da Direcção-Geral da Administração Política e Civil de 14 de Abril de 1930”³⁹, este heraldista não seguia efetivamente o que estava ordenado, dado que publicava sem alteração armas com partições, o que não era de todo permitido em Portugal Continental⁴⁰, como é o caso das armas da cidade da Praia em Cabo Verde, esquarteladas e carregadas de um escudete em abismo⁴¹. Ainda assim, tal poderia ser motivado pela vetustez das armas nas quais o heraldista entendia não “mexer”⁴². Não obstante, algumas das armas que o próprio Almeida Langhans ordenou, de acordo com a vontade do ministro do Ultramar,

Sarmiento Rodrigues⁴³, tiveram também partições, caso do brasão-de-armas da Vila de Sal-Rei com escudo esquartelado, no primeiro e quarto de vermelho, um saleiro de prata ornamentado de ouro; no segundo e terceiro, de prata, um barbo de azul em banda⁴⁴ (Fig. 13).



Figura 13. João Paulo de Abreu e Lima, “Bandeira da Vila da Ribeira Brava”, Cabo Verde.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966, hors-texte), 108-109.

Em 1962, sendo ministro do Ultramar Adriano Moreira, por ocasião da efeméride da passagem de um ano do ataque de forças independentistas a várias urbes do norte de Angola, foi decidido premiá-las com heráldica própria, ficando Almeida Langhans responsável pelas ordenações⁴⁵ estabelecidas na “Portaria no. 19076” de 15 de março de 1962⁴⁶, que promulgava vinte e uma armas para idêntico número de povoações. A forte urgência imposta ao armista teve repercussões na qualidade das armas produzidas, com erros, que Langhans reconhece e critica no *Armorial do Ultramar Português*: “Entre as várias anomalias verificadas não se pode deixar de mencionar a da composição, que tem que se classificar de «mal ordenada» segundo a terminologia heráldica.”⁴⁷

A qualidade dos brasões-de-armas que ordenou para as províncias ultramarinas é variável, sendo mesmo em vários casos relativamente limitada. Manteve o mesmo espírito que havia manifestado nas ordenações de heráldica corporativa de que também havia sido responsável, nomeadamente pela utilização da figura humana, normalmente santos, a dominar a composição como é o caso das armas da Vila de

³⁵ F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 443-477.

³⁶ Langhans, *Armorial do Ultramar Português* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966).

³⁷ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 30 -33.

³⁸ Franz-Paul de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, 34.

³⁹ Transcrito por Jorge de Matos, “Heráldica Autárquica do Município de Sintra: Evolução Histórico-Iconográfica (Sécs. XV-XX)”, *Vária Escrita* vol. 7 (2000), 43-46.

⁴⁰ “As armas de domínio nunca poderão ser partidas, cortadas ou esquarteladas.”, de Matos, “Heráldica Autárquica do Município de Sintra...”, 44.

⁴¹ F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 86.

⁴² As armas da Cidade da Praia remontavam a um decreto datado de 2 de dezembro de 1864. Franz-Paul de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, 86.

⁴³ Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, 23.

⁴⁴ “Portaria no. 15440”, *Diário do Governo* 1.ª série, no. 144 (1 de julho de 1955), 519.

⁴⁵ “LANGHANS (Franz-Paul de Almeida)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* vol. 7 (atualização 1985), 65.

⁴⁶ “Portaria no. 19076”, *Diário do Governo* 1.ª série, no. 58, (15 de março de 1962), 237-238.

⁴⁷ F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 28. Viria aliás a ser publicada posteriormente a errata “Declaração” (17 de maio de 1962). *Diário do Governo* 1.ª série, no. 115, (21 de maio de 1962), 743.



Figura 14. João Paulo de Abreu e Lima, “Bandeira da Vila da Ribeira Brava”, Cabo Verde.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português (hors-texte)*, 106-107.



Figura 15. João Paulo de Abreu e Lima, “Bandeira da Vila de Mansoa”, Guiné.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português (hors-texte)*, 124D-124E.

Ribeira Brava, tendo em escudo de azul, a imagem de São Nicolau de Bari, vestida de púrpura e forrada de prata, com mitra e báculo do mesmo, acompanhada de dois golfinhos afrontados de ouro⁴⁸ (Fig. 14), repetindo este mesmo esquema nas armas da cidade de Santo António na ilha do Príncipe, com escudo de negro, uma imagem de Santo António de prata, acompanhada por dois pelicanos em sua caridade de ouro⁴⁹.

Do que de pior publicou, registe-se pela complexidade, mas também pela falta de qualidade estética, as armas da Vila de Mansoa na Guiné, com escudo “De verde, uma pala ondada de azul filetada de prata tendo, brocante, uma faixa de ouro acompanhada em chefe de uma caravela de vermelho.” (Fig. 15).

Registe-se que publica no *Armorial do Ultramar Português* uma proposta de ordenação, de sua autoria, daquilo que entendia ser as “Armas de Portugal de Além-Mar”⁵⁰, acompanhada de iluminura, uma vez mais da autoria de João Paulo de Abreu e Lima⁵¹. O escudo é o das armas de Portugal, coroado por um coronel com cinco cruces páteas aparentes de ouro, alusivas ao carácter apostólico da missão dos portugueses no mundo, bem como ao Padroado Português; por timbre uma esfera armilar de ouro contendo o globo terrestre de azul, significando a gesta marítima dos navegadores; divisa: num listel de azul, ondulado, sobtoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas de estilo elzevir: “SPERA IN DEO ET FAC BONITATEM”, a de D. Manuel I, representando a Esperança e a Caridade; por tenentes, respetivamente à dextra e à sinistra, um guerreiro africano e um guerreiro timorense, simbolizando os territórios mais próximos e mais longínquos de Além-Mar; segurando o primeiro uma bandeira de branco com a cruz da Ordem Militar

de Cristo, representando a “Cruzada civilizadora dos Portugueses” e o segundo uma bandeira de azul com cinco besantes de prata, representando o país que navegou até aos confins da Terra⁵², todo o conjunto assente num terrado (Fig. 16).



Figura 16. João Paulo de Abreu e Lima, “Armas de Portugal e de Além-Mar”, 1963.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português (hors-texte)*, s.p.

⁴⁸ Franz-Paul de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, 106.

⁴⁹ Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, 132.

⁵⁰ Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, s.p..

⁵¹ Nesta mesma obra João Paulo de Abreu e Lima era ainda responsável por um completo artigo relativo à “Construção Geométrica dos Escudos de «Armas» e seus Pertences que Figuram neste Armorial”, Franz-Paul de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, 37-62.

⁵² Franz-Paul de Almeida Langhans, *Armorial do Ultramar Português*, s.p..

6. A Heráldica Militar / Exército

Menos conhecida é a importante atividade de Almeida Langhans na definição do que viria a ser a heráldica do Exército, sendo normalmente a paternidade e os louros atribuídos a José de Campos e Sousa, que teve objetivamente muita importância, mas que não foi seminal. Efetivamente Franz-Paul Langhans foi o responsável pelas fundações do edifício que o supramencionado armista viria a erigir.

A sua atividade na área da heráldica corporativa, mas também na heráldica de domínio ultramarina, haviam-no tornado a principal referência na área, como Afonso de Dornelas, entretanto falecido, o havia sido anteriormente. Assim, seria natural que o general Câmara Pina, Chefe do Estado-Maior do Exército, de quem aliás era amigo, algo não despiçando, insatisfeito com a simbologia do Exército e determinado em reformar, não apenas a heráldica deste ramo, mas também a dos demais ramos das Forças Armadas Portuguesas, o convidasse a dirigir uma comissão que havia criado, destinada a preparar um decreto-lei que reformasse todo o sector e onde o major José de Campos e Sousa, teria a função de servir de oficial de ligação entre os diferentes elementos.

No “Fundo Guerreiro Vicente” do Arquivo Histórico Militar existe uma pasta com a proposta de diploma legal que esta comissão produziu e que incluía: “Código de Heráldica Militar”, “Regulamento de Simbologia Militar do Exército Português” e “Regulamento do Gabinete de Heráldica Militar”⁵³. Na obra *Heráldica: Ciência de Temas Vivos* documentou o seu trabalho e publicou várias das propostas então feitas (Fig. 17). Embora este documento jamais tenha sido publicado, muitos dos elementos então produzidos, nomeadamente vários dos desenhos de João Paulo de Abreu e Lima, seriam reaproveitados para a “Portaria no. 24107 - Normas de Heráldica do Exército e Regulamento de Simbologia do Exército”⁵⁴.

Afastado do Gabinete de Heráldica Corporativa, sabe-se que acalentou a esperança de vir a assumir a direção da heráldica do Exército, mas seria o supramencionado Campos e Sousa o nomeado⁵⁵. Não obstante, foi efetivamente Franz-Paul de Almeida Langhans o verdadeiro precursor da reforma da heráldica militar portuguesa, sendo o criador de um modelo de regulamento de heráldica militar de onde depois derivaram os demais regulamentos de heráldica, do Exército⁵⁶, da

Armada⁵⁷ e da Força Aérea⁵⁸, sendo este último particularmente tardio, mas todos com grandes afinidades e claramente baseados no modelo que desenvolveu.

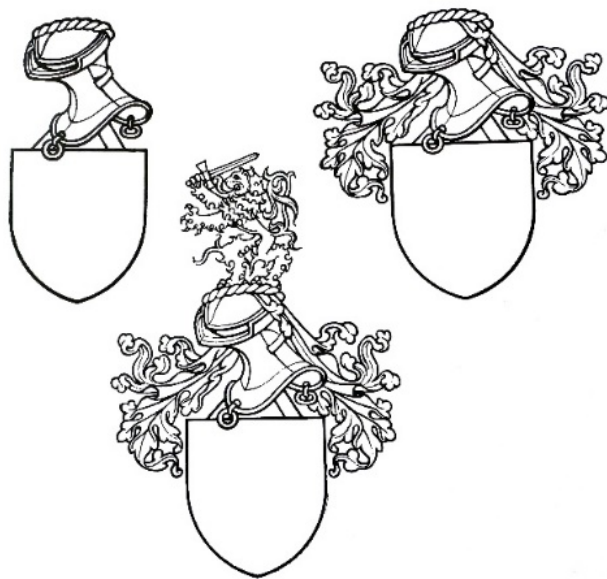


Figura 17. João Paulo de Abreu e Lima, “Estudos para modelos de escudo, correias, elmo, paquife, virol e timbre para o Exército Português”.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 438.

7. As Armas de Portugal

A questão das armas e bandeira de Portugal foi um tema que o interessou, tendo publicado em 1957 o artigo “As Armas de Portugal”⁵⁹, que depois ampliaria no segundo volume de *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, inteiramente dedicado a este assunto. Torna-se interessante cotejar o que escreveu então, com o que mais modernamente Miguel Metelo de Seixas registaria sobre o mesmo assunto em *Quinas e Castelos: Sinais de Portugal*⁶⁰.

Relativamente à bandeira nacional, conheceu-se a sua preferência pela bandeira azul e branca da Monarquia, que elogia⁶¹ e sabe-se que, a partir de uma proposta de Afonso de Dornellas, chegou a

⁵³ Pasta “Gabinete de Heráldica Militar”, Fundo Guerreiro Vicente, Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

⁵⁴ Comparando-se os desenhos da figura 408 (reproduzidos na Figura 17 do presente estudo) da obra de F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 1, 438, com as figuras 1, 3 e 4 publicadas na “Portaria no. 24107 - Normas de Heráldica do Exército e Regulamento de Simbologia do Exército”, (3 de junho de 1969), *Diário do Governo* 1.ª série, no. 131 (3 de junho de 1969), 618, verifica-se que são os mesmos.

⁵⁵ Paulo Jorge Morais Alexandre, *A Heráldica do Exército na República Portuguesa no século XX*. Dissertação de Doutoramento em Letras, área da História, especialidade de História da Arte (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009), 329. Consultado em 30 de abril de 2024. <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/12166>

⁵⁶ “Portaria no. 24107 de 1969, Junho, 3 - Normas de Heráldica do Exército e Regulamento de Simbologia do Exército”, atua-

lizada, mas sem modificações substanciais pela “Portaria no. 213/87 de 1987 de 24 de Março - Revisão das Normas de Heráldica do Exército e do Regulamento da Simbologia do Exército”, *Diário da República* 1.ª série, no. 69 (24 de março de 1987).

⁵⁷ “Portaria no. 722/72 - Aprova o Regulamento de Heráldica da Armada”, *Diário do Governo* 1.ª série, no. 289 (14 de dezembro de 1972).

⁵⁸ “Portaria no. 309/85 - Regulamento de Heráldica da Força Aérea”, *Diário do Governo* 1.ª série, no. 120 (25 de maio de 1985).

⁵⁹ F. P. de Almeida Langhans, “As Armas de Portugal”, *Panorama* 3.ª série, no. 7 (setembro de 1957), s.p..

⁶⁰ Miguel Metelo de Seixas, *Quinas e Castelos: Sinais de Portugal* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019).

⁶¹ F. P. de Almeida Langhans na obra *Heráldica: Ciência de Temas Vivos* publica a imagem de uma bandeira do tempo da monarquia com a esclarecedora legenda: “Sob um céu límpido de Lisboa, o último hastear solene, como signa viva da bandeira azul e branca, exemplar correcto de bom ordenamento heráldico: as cores da bandeira são as dos esmal-

abordar a questão com o próprio Oliveira Salazar, visando mesmo uma possível alteração na bandeira nacional, algo que aquele governante atalhou, após breve reflexão, com a frase liminar “Mudar a Bandeira?... Nem pensar nisso... Era oferecer um símbolo à Oposição...”⁶².

Quanto ao brasão-de-armas de Portugal Almeida Langhans tinha várias críticas a apontar, tecendo considerações “[...] à volta da anormalidade da actual composição das Armas Nacionais [...]”⁶³ nomeadamente quanto àquilo que designava como “[...] fórmula «esfera armilar-escudo»”⁶⁴ que considerava que tinha “[...] o duplo efeito de estragar duas coisas belas [...]”⁶⁵.

No segundo volume da supramencionada obra *Heráldica: Ciência de Temas Vivos* ensaiava uma tentativa de correção das armas no capítulo “A Reconstituição Heráldica das Armas de Portugal”, publicando aquilo que designava como as “Armas Nacionais de Portugal no seu ordenamento heráldico completo”⁶⁶, sendo a proposta da sua autoria e o desenho de João Paulo de Abreu Lima. As “reconstituídas” armas nacionais seriam compostas pelo escudo de Portugal, sem qualquer alteração, encimado por um elmo frontal, simbolizando a defesa da Nação, quer moral, quer material; coroa⁶⁷ de ouro, com flores de acanto e pedras preciosas, simbolizando a soberania; por timbre uma serpe alada nascente de ouro, simbolizando a Força que submete o Mal; o escudo é circundado pelo colar da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito⁶⁸; tendo por tenentes dois anjos, ambos de alva e dalmática brocada de ouro e azul, tendo estas carregando o peito uma placa de prata com as cruzes das ordens militares de Cristo, Sant’Iago da Espada e São Bento de Avis; segurando o primeiro uma bandeira de branco com a cruz da Ordem Militar de Cristo e o segundo uma bandeira esquartelada em aspa de branco e vermelho, carregada com uma esfera armilar de ouro; divisa: num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de vermelho, maiúsculas de estilo elzevir “PELA LEI E PELA GREI”; grito de guerra: num listel de branco, ondulado, sobreposto ao timbre, em letras de vermelho, maiúsculas de estilo elzevir “SÃO JORGE”, alusivo às lutas pela independência⁶⁹ (Fig. 18).



Figura 18. João Paulo de Abreu e Lima, “Armas Nacionais de Portugal no seu ordenamento heráldico completo”, 1963.

Fonte: F. P. de Almeida Langhans - *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 2, hors-texte, 40-41.

8. A obra escrita

Foram os seus estudos na esfera do Direito que o encaminharam para a história das instituições e que depois o levariam à investigação na área das corporações. Neste âmbito publicou bibliografia muito significativa, que ainda no presente vai servindo de referência, nomeadamente o artigo “As Antigas Corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa”⁷⁰, seguido da importante obra *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Lisboa – Subsídios para a sua História*⁷¹ que contou com um prefácio/estudo de Marcello Caetano⁷². Publicou artigos em vários periódicos, alguns de caráter marcadamente político e ultramontano, como no jornal *A Voz, Revolução*, um vespertino nacional-sindicalista, *Fradique*, um semanário monárquico e conservador ou *Acção*⁷³, mas também na *Revista da Ordem dos Advogados*, na *Revista Municipal* de Lisboa e outras.

tes do Brasão de Portugal – escudetes de azul em campo de prata (branco)”, vol 1, *hors-texte*, 48-49.

⁶² Franz-Paul de Almeida Langhans, *Salazar: Um Homem Superior*, 35.

⁶³ F. P. de Almeida Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, vol. 2, 38.

⁶⁴ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, 38.

⁶⁵ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, 38.

⁶⁶ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, 41.

⁶⁷ Designada no texto, erradamente, por coronel. Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, p. 39.

⁶⁸ A justificação para este colar seria bem pífia: “O escudo poderá estar circundado por um colar da condecoração que melhor se preste a um bom arranjo estético.” Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, 39.

⁶⁹ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*, 39-41.

⁷⁰ Franz-Paul de Almeida Langhans, “As Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a Câmara de Lisboa”, *Revista Municipal* no. 7 e 8/9 (1941-1942) 7-13, 18-37.

⁷¹ Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: Subsídios para a sua História* (Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943-1946).

⁷² Marcello Caetano, “A Antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa”, Franz-Paul Langhans – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: Subsídios para a sua História*, XI-LXXV.

⁷³ “LANGHANS (Franz-Paul de Almeida)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* vol. 7 (atualização 1985), 65.

Deixou publicada vasta e relevante obra, nas áreas da heráldica a que se dedicou, como o *Manual de Heráldica Corporativa*⁷⁴, *Armorial do Ultramar Português*⁷⁵, cuja publicação foi infelizmente interrompida ficando a obra incompleta. Paralelamente publicou vários artigos sobre a temática da heráldica, nomeadamente na revista *Armas e Troféus*, onde assinou o artigo “A Heráldica Portuguesa, seus Estilos e Semiótica”⁷⁶, com uma abordagem pouco usual, entre outros. No *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão assinou vários artigos dos quais se destaca “Heráldica”⁷⁷. A sua obra mais generalista *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*⁷⁸, embora encomiástica do Estado Novo, será talvez o mais completo manual produzido até ao presente sobre esta matéria em Portugal e continua a ser uma referência obrigatória na área, sendo raros os estudos sobre a heráldica do século XX, neste país, que a não citam⁷⁹.

9. Conclusão

Com a instituição da terceira república portuguesa, certamente fruto do seu reposicionamento político marcadamente à esquerda, Franz-Paul Langhans afastou-se completamente da área da Heráldica, tendo em conta que, sendo a armaria indiscutivelmente cultivada num meio muito conservador, acredita-se que foi tal facto que levou a um afastamento mútuo⁸⁰. Não obstante em 1977 ainda era sócio efetivo do Instituto Português de Heráldica, com a cadeira no. 3⁸¹, algo que já não sucederia no ano de 1979, tendo, entretanto, sido substituído por Maria Adelaide Cardoso de Menezes Pereira de Morais⁸².

Não se lhe conhece qualquer atividade como heraldista, ou investigador da ciência heroica posterior a 1976, tendo sido frustradas as várias tentativas de contacto com o mesmo, antes do seu desaparecimento, no sentido de se recolher um testemunho da sua atividade. Não se conhece também o destino do seu espólio, que existirá certamente, salvo obras da sua própria biblioteca que foram comercializadas pelo alfarrabista José Maria Almarjão⁸³, bem como um lote de espécies que foi à praça em leilão, curiosamente onde constava uma carta que lhe havia sido remetida por Álvaro Cunhal, datada de 25 de fevereiro de 1935, hoje também de paradeiro desconhecido⁸⁴.

⁷⁴ F. P. de Almeida Langhans, *Manual de Heráldica Corporativa*.

⁷⁵ Langhans, *Armorial do Ultramar Português*.

⁷⁶ Franz-Paul de Almeida Langhans, “A Heráldica Portuguesa, seus estilos e Semiótica”, *Armas e Troféus* 3.ª série, tomo 3, no. 1 (janeiro-março de 1974) 9-33.

⁷⁷ “Heráldica”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* vol. 3 ([S.l.]: Iniciativas Editoriais, re. 1975), pp. 199-209.

⁷⁸ Langhans, *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*.

⁷⁹ Veja-se, entre tantos, de Daniel Raposo, *Design de Identidade e Imagem Corporativa: Branding, história da Marca, Gestão de Marca, Identidade Visual Corporativa* (Castelo Branco: Edições IPCB, 2008) ou de Miguel Metelo de Seixas, *Heráldica, Representação do Poder e Memória da Nação* (Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2011).

⁸⁰ João Paulo de Abreu e Lima, *Viva voce* (Lisboa: 2001, janeiro, 22).

⁸¹ “Membros do Instituto Português de Heráldica”, *Armas e Troféus* 3.ª série, no. 1 (janeiro-abril, 1977), s.p.

⁸² “Membros do Instituto Português de Heráldica”, *Armas e Troféus* 4.ª série, no. 1 a 3 (janeiro-dezembro 1979), I-II.

⁸³ Segismundo Pinto, *Viva voce* (Lisboa: 2024, maio, 8).

⁸⁴ “Lote, Carta Manuscrita de Álvaro Cunhal, 1935”, *Leilões Bestnet*. Consultado em 30 de abril de 2024. <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/importante-leilao-de-livros-e-manuscritos/carta-manuscrita-de-alvaro-cunhal-1935>.

A sua última publicação na esfera da heráldica seria em 1976, com o artigo “As Bandeiras da Gravura de Rodrigo Stoop «O Embarque de D. Catarina, Rainha de Grã-Bretanha, em 1662»”, dado à estampa no boletim do Instituto Português de Heráldica⁸⁵.

Não obstante, pela sua vasta atividade, foi sem dúvida o mais ativo e polifacetado heraldista do Estado Novo, sucedendo de alguma forma a Afonso de Dornellas, cujo trabalho continuou e desenvolveu. Deixou uma produção monumental, de qualidade desigual, até pela sua extensão. Considera-se que o seu legado quase desapareceu em certas áreas, caso da heráldica corporativa, no presente completamente abandonada em favor de novas imagens gráficas, mais efémeras, como o são os logótipos. Não obstante, em outras áreas a sua herança não se extinguiu, sendo ainda utilizados os modelos e regulamentos que desenvolveu, como é o caso da heráldica das Forças Armadas Portuguesas.

10. Legislação

“Declaração” (17 de maio de 1962). *Diário do Governo*, 1.ª série, no. 115 (21 de maio de 1962) 743.

“Decreto-lei no. 25495”, *Diário do Governo*, 1.ª série, no. 134 (13 de junho de 1935) 857-859.

Heráldica Corporativa: Legislação. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1964.

“Portaria no. 213/87 de 1987 de 24 de Março: Revisão das Normas de Heráldica do Exército e do Regulamento da Simbologia do Exército”. *Diário da República*, 1.ª série, no. 69 (24 de março de 1987): 1170-1181.

“Portaria no. 309/85 - Regulamento de Heráldica da Força Aérea”. *Diário do Governo*, 1.ª série, no. 120 (25 de maio de 1985): 1438-1444.

“Portaria no. 722/72 – Aprova o Regulamento de Heráldica da Armada”. *Diário do Governo*, 1.ª série, no. 289 (14 de dezembro de 1972): 1914-1931.

“Portaria no. 15440”. *Diário do Governo*, 1.ª série, no. 144 (1 de julho de 1955): 519.

“Portaria no. 19076”. *Diário do Governo*, 1.ª série, no. 58 (15 de março de 1962): 237-238.

“Portaria no. 24107 - Normas de Heráldica do Exército e Regulamento de Simbologia do Exército”. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 131 (3 de junho de 1969): 613-631.

11. Fontes e referências bibliográficas

Albuquerque, Mário de. *Brasonário Corporativo na Exposição de Heráldica no Trabalho*. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1955.

Alexandre, Paulo Jorge Morais. *A Heráldica do Exército na República Portuguesa no século XX*. Dissertação de Doutoramento em Letras, área da História, especialidade de História da Arte. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. Consultado em

[bestnetleiloes.com/pt/leiloes/importante-leilao-de-livros-e-manuscritos/carta-manuscrita-de-alvaro-cunhal-1935](https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/importante-leilao-de-livros-e-manuscritos/carta-manuscrita-de-alvaro-cunhal-1935).

⁸⁵ Almeida Langhans, “As Bandeiras da Gravura de Rodrigo Stoop «O Embarque de D. Catarina, Rainha de Grã-Bretanha, em 1662»”, *Armas e Troféus*, 3.ª série, tomo 5, no. 1 (janeiro-março de 1976), 59-64.

- 30 de abril de 2024. <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/12166>.
- Caetano, Marcello. "A Antiga Organização dos Mestres da Cidade de Lisboa". Franz-Paul Langhans. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: Subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943-1946: IX-LXXIV.
- Castanho, José Centeno et al.. "Mensagem dos Estudantes Monárquicos de Portugal aos Estudantes de Espanha". *Política*, ano 2, no. 19 (1931): 1-5.
- Cazetta, Felipe. "Entre o fascismo e o salazarismo: o percurso do Integralismo Lusitano à radicalização". *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 50, 1 (2023): 353-378. <https://doi.org/10.15446/achsc.v50n1.100712>.
- Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. Consultado em 26 de abril de 2024. https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_hist_instituicoes_ii9.htm.
- Franz. "Pelicano em sua caridade". *Política*, ano 1, no. 1 (1929): 1.
- Fundo Guerreiro Vicente*. Arquivo Histórico Militar, Lisboa.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, actualização 1985.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. S.l.: Página Editora, re. 1998.
- Jorge, Ana Paula dos Santos. *A Coleção Quinhentista da Biblioteca Gulbenkian Paris: Contributo para a Elaboração de um Catálogo de Livro Antigo*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018. Consultado em 28 de abril de 2024. <https://hdl.handle.net/10316/82029>.
- Junta Central. "Integralismo Lusitano". *Política*, ano 1, no. 1 (15 de abril de 1929): 8.
- Junta Escolar de Lisboa. "Integralismo Lusitano: Quadros da Junta Escolar de Lisboa". *Política*, ano 2, no. 16 (1 de dezembro de 1930): 16.
- Langhans, Almeida. "As Bandeiras da Gravura de Rodrigo Stoop «O Embarque de D. Catarina, Rainha de Grã-Bretanha, em 1662»". *Armas e Troféus*, 3.^a série, t. 5, no. 1 (janeiro-março de 1976): 59-64.
- Langhans, F. P. de Almeida. *Armorial do Ultramar Português*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.
- Langhans, F. P. de Almeida. "As Armas de Portugal". *Panorama*, 3.^a série, no. 7 (setembro de 1957): s.p..
- Langhans, F. P. de Almeida. *Fundamentos jurídicos da monarquia portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1951.
- Langhans, F. P. de Almeida. *Heráldica: Ciência de Temas Vivos*. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966.
- Langhans, F. P. de Almeida. *Manual de Heráldica Corporativa*. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1956.
- Langhans, Franz-Paul. "Arte Cristã: O Teatro de H. Ghèon". *Política*, ano 2, no. 15, (23 de setembro de 1930): 10-13.
- Langhans, Franz-Paul. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: Subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943-1946.
- Langhans, Franz-Paul. "As Duas Alemanhas". *Política*, ano 1, no. 8 (31 de outubro de 1929): 8-11.
- Langhans, Franz-Paul. "Civilização". *Política*, ano 2, no. 20 (31 de março de 1931), 4-6.
- Langhans, Franz-Paul de Almeida. "A Heráldica Portuguesa, seus estilos e Semiótica". *Armas e Troféus*, 3.^a série, t. 3, no. 1 (janeiro-março de 1974): 9-33.
- Langhans, Franz-Paul de Almeida. "As Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a Câmara de Lisboa". *Revista Municipal*, no. 7 e 8/9 (1941-1942): 7-13, 18-37.
- Langhans, Franz-Paul de Almeida. *Salazar: Um Homem Superior*. Lisboa: Contra-Corrente, 2019.
- Lima, João Paulo de Abreu e. "Construção Geométrica dos Escudos de «Armas» e seus Pertences que Figuram neste Armorial". Langhans, Franz-Paul de Almeida. *Armorial do Ultramar Português*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966: 37-68.
- "Lote - Carta Manuscrita de Álvaro Cunhal - 1935". *Leilões Bestnet*. Consultado em 30 de abril de 2024. <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/importante-leilao-de-livros-e-manuscritos/carta-manuscrita-de-alvaro-cunhal-1935>.
- Margato, Cristina & Castanheira, José Pedro. "'Frei' Lima de Carvalho e os seus dois regimes". *Expresso: E: A Revista do Expresso*, no. 2687 (25 de abril de 2024): 18-26.
- Matos, Jorge de. "Heráldica Autárquica do Município de Sintra: Evolução Histórico-Iconográfica (Sécs. XV-XX)". *Vária Escrita*, vol. 7 (2000): 7-58.
- "Membros do Instituto Português de Heráldica". *Armas e Troféus*, 3.^a série, no. 1, (janeiro-abril de 1977) s.p..
- "Membros do Instituto Português de Heráldica". *Armas e Troféus*, 4.^a série, no. 1 a 3 (janeiro-dezembro de 1979): I-II.
- Nóvoa, António Nóvoa and Jorge Ramos do Ó. "Leitura". *Fundação Calouste Gulbenkian: 50 anos*. Consultado em 30 de abril de 2024. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4824/3/9789729774874.pdf>.
- Pinto, António Costa. *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS / Recife: EDUpE, 2016.
- Raposo, Daniel. *Design de Identidade e Imagem Corporativa: Branding, História da Marca, Gestão de Marca, Identidade Visual Corporativa*. Castelo Branco: Edições IPCB, 2008.
- Seixas, Miguel Metelo de. *Heráldica, Representação do Poder e Memória da Nação*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2011.
- Seixas, Miguel Metelo de. *Quinas e Castelos: Sinais de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
- Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. [S.l.]: Iniciativas Editoriais, re. 1975.
- Valente, José Carlos. *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri / INATEL, 1999.
- Volborth, Carl-Alexander von. *The Art of Heraldry*. London: Tiger Books International, 1991.